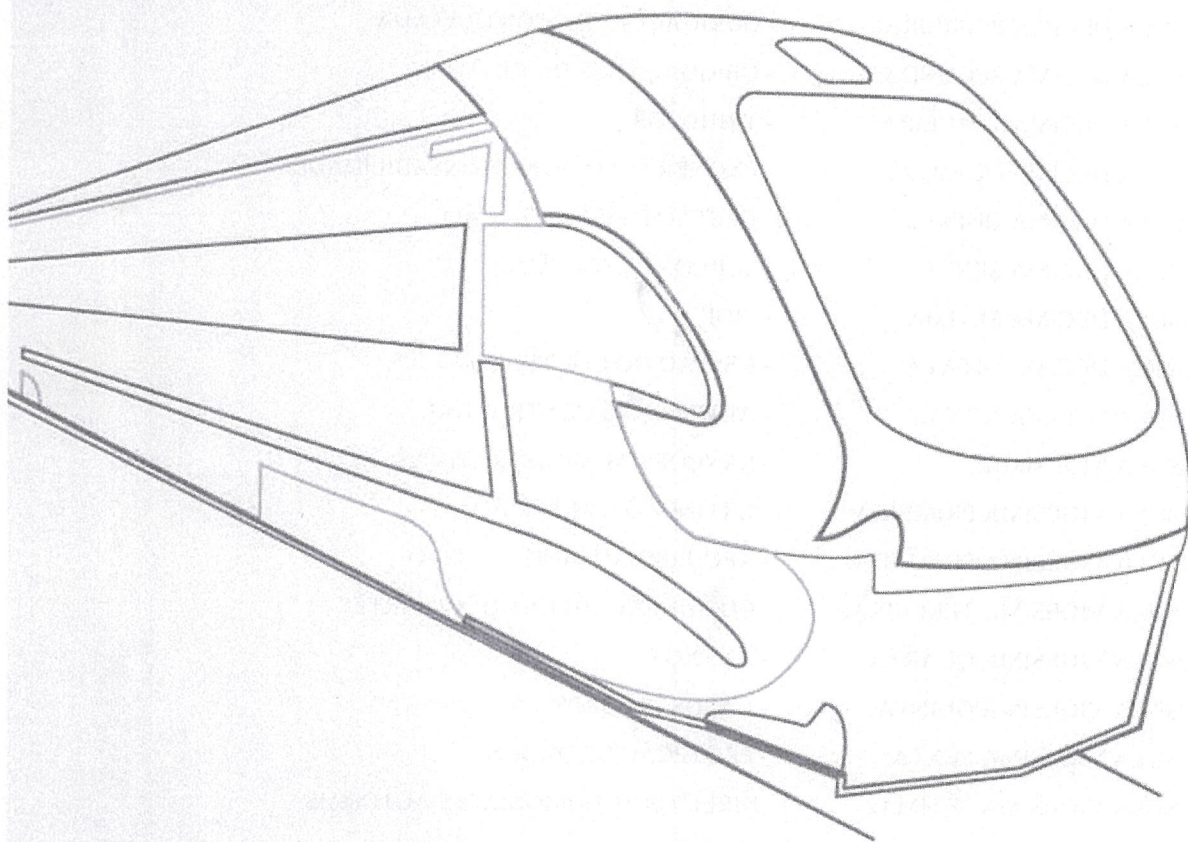


CONTRATO Nº 036-2024/DT

CBTU  
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

&

X – CAR VEÍCULOS LTDA



---

CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS



*Handwritten signatures in blue ink.*



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

**CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**

**CONTRATADA: X – CAR VEÍCULOS LTDA.]**

**CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

|                             |                                   |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| CLÁUSULA PRIMEIRA:          | - OBJETO                          |
| CLÁUSULA SEGUNDA:           | - PRAZO DE VIGÊNCIA               |
| CLÁUSULA TERCEIRA:          | - INÍCIO DO FORNECIMENTO          |
| CLÁUSULA QUARTA:            | - FORMA DO RECEBIMENTO            |
| CLÁUSULA QUINTA:            | - RECEBIMENTO DO OBJETO           |
| CLÁUSULA SEXTA:             | - VALOR DO CONTRATO               |
| CLÁUSULA SÉTIMA:            | - FORMA DE PAGAMENTO              |
| CLÁUSULA OITAVA:            | - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA            |
| CLÁUSULA NONA:              | - REAJUSTE                        |
| CLÁUSULA DÉCIMA:            | - GARANTIA DE EXECUÇÃO            |
| CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:   | - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA        |
| CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:    | - OBRIGAÇÕES DA CBTU              |
| CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:   | - TRIBUTOS                        |
| CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:     | - EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES |
| CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:     | - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO           |
| CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:      | - SUBCONTRATAÇÃO                  |
| CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:     | - SIGILO                          |
| CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:     | - CESSÃO DO CONTRATO              |
| CLÁUSULA DÉCIMA NONA:       | - ALTERAÇÃO CONTRATUAL            |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA:          | - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS         |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: | - EXTINÇÃO E RESCISÃO             |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:  | - RECURSO ADMINISTRATIVO          |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: | - COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES     |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:   | - ANEXOS                          |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:   | - CASOS OMISSOS                   |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:    | - PROTEÇÃO DE DADOS               |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:   | DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS  |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:   | - PUBLICAÇÃO                      |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:     | - DIPOSIÇÕES GERAIS               |
| CLÁUSULA TRIGÉSIMA          | FORO                              |



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Contrato de Aquisição que entre si celebram, de um lado a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU** e do outro, **X - CAR VEÍCULOS LTDA**, na forma abaixo:

## **PREÂMBULO**

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no Setor Bancário Norte- SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041- 902, nesta cidade, doravante denominada **CBTU**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente **JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] emitida pela SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] e por sua Diretora Técnica **ADRIANA FONSECA LINS**, portadora da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pela CREA/RJ, inscrita no CPF sob o nº [REDACTED] e a empresa **X - CAR VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 50.325.167/0001-09, com sede na Avenida Carlos Gomes de Sá, nº 335, sala 101, Mata da Praia em Vitória - ES, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada por **MATEUS GRANDO GAYER**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência do **Pregão Eletrônico nº 018/2024/GALIC/AC/CBTU**, Processo Administrativo PROT nº 4950/2024, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e alterações posteriores, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

### **1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto aquisição de 02 (dois) veículos automotores, tipo sedan, modelo executivo, novo, ano modelo/fabricação 2024/2024 ou 2024/2025, capacidade para 5 ocupantes, 5 portas incluindo o porta-malas, cor preta, Híbrido/bicombustível (gasolina e etanol), sugestão de marca/modelo: Toyota Corolla ou similar ou de melhor qualidade, para transportar pessoas a serviço oficial da CBTU, conforme especificações constantes do Termo de Referência e anexos, relativamente ao item 2 do Pregão Eletrônico nº 018/2024/GALIC/AC/CBTU.

CONTRATO Nº 036-2024/DT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018-2024/GALIC/AC/CBTU



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o edital da licitação Pregão Eletrônico nº 018/GALIC/AC/CBTU, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: [https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc\\_cbtu\\_2020.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf); independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no edital da licitação, com exceção às disposições previstas para Garantia de Execução, as quais sempre prevalecerão as contidas neste Contrato.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 6 (seis) meses, contados a partir da assinatura.

2.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo.

2.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.5. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.5.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.5.2. Código de Conduta e Integridade:

[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo\\_de\\_conduta\\_e\\_integridade.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf); e

2.5.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica\\_de\\_transacoes\\_com\\_partes\\_relacionadas.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf).



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – INÍCIO DO FORNECIMENTO**

3.1. O prazo para início do fornecimento do objeto será de 90 (noventa) dias, com início mediante a emissão da Ordem de Execução (OEX) pela **CBTU**.

3.2. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

3.3. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

3.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.

3.4.1. Neste caso a **CBTU** deverá notificar formalmente a **CONTRATADA** acerca da suspensão, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.

3.5. A suspensão será formalizada através de **Termo Aditivo**, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

3.6. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE FORNECIMENTO**

4.1. O objeto contratual será fornecido conforme especificações e detalhamentos que constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

4.2. No fornecimento, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

4.3. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando a melhor forma de fornecimento.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.1. Sem prejuízo ao previsto no Termo de Referência e Edital, o recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, na seguinte forma:

5.1.1. definitivamente, pelo Gestor do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto às exigências do Termo de Referência, do Edital e do Contrato assinado,





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

5.1.2. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

5.2. O objeto não será recebido se fornecido em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

5.3. O recebimento não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional, pela perfeita execução, nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.

5.4. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada por meio de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

5.5. Conforme disciplinado nos artigos 12 a 17 da Lei n.º 8.078/90 CDC, o aceite/aprovação do(s) produto(s) pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se à CBTU as faculdades previstas no art. 18 da mesma lei.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – VALOR DO CONTRATO**

6.1. Pela aquisição, objeto do presente Contrato, a CBTU pagará à **CONTRATADA** o valor global de R\$ 335.980,00 (trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e oitenta reais), conforme proposta da contratada, o qual será pago de acordo com os bens fornecidos.

6.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa aquisição do objeto contratado, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO**

7.1. Sem prejuízo ao previsto no Termo de Referência e Edital, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança, que deverão ser enviados ao protocolo da CBTU, cujo endereço será fornecido pela gestão/fiscalização do contrato, desde que haja a devida atestação pelos Srs. Gestor e Fiscal do contrato.

7.2. Os documentos de cobrança enviados à **CBTU** pela **CONTRATADA** deverão ser encaminhados, **obrigatoriamente**, por intermédio do formulário PROPAG – Processo de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança.

7.3. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

7.3.1. Nota fiscal/fatura devidamente atestada pela gestão/fiscalização do contrato;





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

7.3.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

7.4. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

7.5. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

7.5.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

7.6. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

7.7. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, “pro rata die”, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.8. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, *pro rata die*, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.9. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 7.7 e 7.8 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2024**, conforme classificação abaixo:

8.1.1. Programa de Trabalho: 15453003228430001

8.1.2. Elemento de Despesa: 449052

8.1.3. Plano Interno: A1DEAA35

8.1.4. Categoria Econômica: Despesa de Capital

8.1.5. Nota de Empenho: 2024NE002820, data . 06/12/2024

CONTRATO Nº 036-2024/DT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018-2024/GALIC/AC/CBTU





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

8.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

## **9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE**

9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contado da data limite para a apresentação das propostas.

9.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de Preços ao Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalurgia Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aplicando-se a seguinte fórmula:  $R = V \times (I - I_0)/I_0$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I = Índice relativo à data do reajuste;

I<sub>0</sub> = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta.

9.2.1. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.

9.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.2.3. O preço ajustado já inclui todos os custos e despesas e sem se limitar aos mesmos, como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

9.3. Nos casos em que a entrega do objeto contratado esteja prevista em cronograma, havendo atraso ou antecipação na entrega do objeto que decorra da responsabilidade ou iniciativa da **CONTRATADA**, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

9.3.1. Quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

9.3.1.1. aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;

9.3.1.2. diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

9.3.2. Quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

CONTRATO Nº 036-2024/DT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018-2024/GALIC/AC/CBTU





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

9.4. Em caso de atraso por culpa da CBTU, prevalecerão os índices vigentes no período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuïrem.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO E DO OBJETO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

10.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

10.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

10.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

10.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

10.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

10.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.3.2. prejuízos causados à administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e

10.3.4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.

10.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 10.3.1 a 10.3.4, do item anterior.

10.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

CONTRATO Nº 036-2024/DT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018-2024/GALIC/AC/CBTU





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

10.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

10.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

10.7. A **CBTU** oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.

10.7.1. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

10.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 10.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).

10.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.

10.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

10.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

10.12. Será considerada extinta a garantia:

10.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CBTU**;

10.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a **CBTU** não comunique a ocorrência de sinistros.

10.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela **CBTU** o Termo de Encerramento, cientificando que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.13. A **CBTU** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

10.13.1. Caso fortuito ou força maior;

10.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

10.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CBTU**;

CONTRATO Nº 036-2024/DT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018-2024/GALIC/AC/CBTU





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

10.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da CBTU.

10.14. Caberá a própria CBTU apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 10.13.3 e 10.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CBTU.

10.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 10.13 desta Cláusula.

### **DA GARANTIA DO OBJETO**

10.16 Fica assegurado à CBTU o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o material fornecido pela CONTRATADA que estiver em desacordo com as especificações do Termo de Referência;

10.17. Eventuais exigências de garantia técnica e/ou seguro referentes ao objeto desta licitação, especialmente em relação a equipamentos, bens, materiais e serviços, se encontram disciplinadas no Termo de Referência

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– OBRIGACÕES DA CONTRATADA**

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

11.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sendo que solicitada pela CBTU;

11.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a CBTU, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

11.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

11.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da CBTU, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

11.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CBTU;

11.2.2. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento da CBTU.

CONTRATO Nº 036-2024/DT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018-2024/GALIC/AC/CBTU





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

11.3. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGACÕES DA CBTU**

12.1. Além das obrigações constantes das cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

12.1.1. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução do contrato;

12.1.2. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

12.1.3. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

12.1.4. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

12.1.5. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

12.1.6. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

12.1.7. Cumprir, também, as responsabilidades constantes do Termo de Referência, ANEXO I.

12.1.8. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato.

12.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TRIBUTOS**

13.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

13.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização.

13.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços do objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

13.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXONERACÃO DE RESPONSABILIDADES**

14.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

14.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

14.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 3.3 e 3.6 da Cláusula Terceira.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

15.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

15.2. A fiscalização e a supervisão do contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução do contrato e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

15.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no edital de licitação, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU ou outra que venha a substituí-la.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. Conforme o item 11 do Termo de Referência, será admitida a subcontratação apenas para serviços acessórios, tais como: carga, descarga, transporte.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO**

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2 A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

do presente contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3 A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

17.4 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem como a multa contratual de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO**

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

19.1.1. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

19.2. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

19.3. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

20.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

20.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

20.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

20.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;

20.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

20.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

20.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

20.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

20.5.2. Mediante desconto da garantia de execução;

20.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

20.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

20.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

20.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

20.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licita-



ção; ou

20.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

20.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

20.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO E RESCISÃO**

21.1. Este contrato será extinto:

21.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

21.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

21.1.3. Pela sua rescisão.

21.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

21.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

21.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

21.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

21.3. Constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU.

21.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

21.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSO ADMINISTRATIVO**

22.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato.

22.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES**

23.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

**23.1.1. Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU;**

23.1.1.1. Endereço: Setor Bancário Norte - SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902;

23.1.1.2. Correio Eletrônico: eduardocastro@cbtu.gov.br / geapo@cbtu.gov.br

**23.1.2. X –CAR Veículos LTDA, representada por MLBidding**

23.1.2.1. Endereço: Av. Loureiro da Silva, 1660 - Cidade Baixa, Porto Alegre - RS, 90020-060;

23.1.2.2. Correio Eletrônico: mateus@mlbidding.com.br

23.1.2.3. Telefone: (51) 98522-5792 / (51) 99831-0680

**24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – ANEXOS**

24.1. Integram este contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

24.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

24.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 02/12/2024;

24.1.3. Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2024/GALIC/AC/CBTU; e

24.1.4. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: [https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc\\_cbtu\\_2020.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf).

24.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

**25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CASOS OMISSOS**

25.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

**26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – PROTEÇÃO DE DADOS**

26.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

26.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os ser-



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

viços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

26.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

26.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

26.5 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da **CBTU**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

26.6 A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

26.7 A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS**

27.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

27.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO**

28.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

28.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na *internet*.



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

29.1 Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rerratificação ou anexos.

29.2 Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

29.3 Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

29.4 Na execução do presente Contrato é vedado à **CONTRATANTE** e à **CONTRATADA** e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

29.4.1. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

29.4.2. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

29.4.3 obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

29.4.4 manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;

29.4.5 de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

29.5. A omissão de quaisquer das partes quanto ao exercício de quaisquer direitos ou prerrogativas previstas neste contrato, apenas caracterizará simples tolerância, não acarretando nem significando renúncia ao daqueles direitos ou prerrogativas, nem novação.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA – FORO**

30.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

CONTRATO Nº 036-2024/DT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018-2024/GALIC/AC/CBTU



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Brasília, 30 de dezembro de 2024.

P/ CONTRATANTE: **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU:**

[Redacted Signature]

José Marques de Lima  
- Diretor-Presidente -

[Redacted Signature]

Adriana Fonseca Lins  
- Diretora Técnica -

P/ CONTRATADA: **X – CAR VEÍCULOS LTDA**

[Redacted Signature]

Mateus Grando Gayer  
- Representante legal -

**Testemunhas:**

1

CPF:

[Redacted Signature]

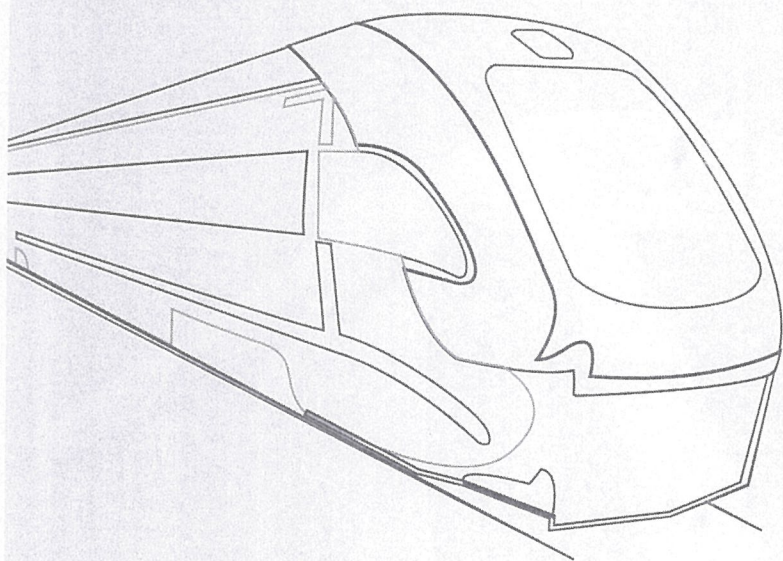
2 -

CPF:

[Redacted Signature]



# TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

# **TERMO DE REFERÊNCIA**

(05-2024/GAESP/DT)

**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS: UTILITÁRIO TIPO  
CAMINHONETE "PICK UP" E SEDAN MÉDIO.**

**GAESP**

**DIRETORIA TÉCNICA**



*Handwritten signature in blue ink.*





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

## Sumário

|  |    |
|--|----|
| 1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE  | 1  |
| 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO   | 1  |
| 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO  | 1  |
| 4. ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS E NORMAS APLICÁVEIS                                      | 2  |
| 5. RESPONSABILIDADES DAS PARTES  | 6  |
| 5.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA   | 6  |
| 6. CRONOGRAMA FÍSICO DE FORNECIMENTO   | 8  |
| 7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO                                      | 8  |
| 8. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA   | 9  |
| 9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA  | 10 |
| 10. REGIME DE EXECUÇÃO   | 10 |
| 11. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA | 10 |
| 12. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DO MATERIAL                                      | 10 |
| 13. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO   | 12 |
| 14. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA                                   | 13 |
| 15. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO  | 13 |
| 16. MATRIZ DE RISCOS   | 14 |
| 17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE   | 14 |
| 18. DISPOSIÇÕES GERAIS   | 15 |
| 19. ANEXOS   | 15 |



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

- 1.1. A aquisição de veículos novos é absolutamente necessária, pois a CBTU/AC utiliza veículos para prestar apoio aos diversos setores da empresa cujos funcionários precisam se locomover para atender às necessidades da empresa.
- 1.2. Os veículos pick up possuem características adequadas para a realização de serviço operacional e de manutenção do projeto Brasília-Luiziânia que está em fase de implementação. As etapas realizadas como recebimento de recurso para operação experimental e assinatura de Termo de Cooperação Técnica estão anexadas ao Estudo Técnico Preliminar que gerou o respectivo o TR. A extensão de 60km do trecho Brasília-Luiziânia demanda tal aquisição para que a operação de transporte de passageiros sobre trilhos possa ocorrer com segurança e o devido monitoramento.
- 1.3. Além das características citadas acima os veículos rodoviários apresentam-se necessários para:
  - Proporcionar segurança, conforto e celeridade nas atividades laborais externas desempenhadas pelo Diretor Presidente e Demais diretores da CBTU/AC, podendo ser também utilizados em viagens às demais Superintendências e Reuniões externas.
  - A referida pretensão está revestida de interesse público tendo em vista que a CBTU/AC não conta com frota própria de veículos do tipo SEDAN, sendo eles de extrema importância porque inúmeras atividades da diretoria da CBTU/AC são exercidas externamente.
  - As caminhonetes pick-up poderão atender diversas necessidades, por se tratar de veículos que suportam diferentes climas e terrenos, bem como, grande capacidade para transportar cargas, ferramentas e equipamentos de suporte para o trabalho.
  - As caminhonetes pick-up novas visa também à redução na emissão de poluentes e de consumo de combustível e, conseqüentemente, a redução dos custos da empresa com abastecimentos, uma vez que as tecnologias presentes nos novos veículos possibilitam um maior rendimento dos motores à combustão interna;
  - Com a presente aquisição, haverá aumento patrimonial da CBTU, bem como, redução de gastos, caso houvesse uma contratação de locação de veículos.

### 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 2.1. O presente Termo de Referência, denominado tão somente TR, tem por objeto o Pregão Eletrônico para compra de 02 (dois) veículos utilitários, novos, modelos 2024 ou 2025, do tipo caminhonete Pick-Up, motor a diesel, potência de 160 CV, cabine dupla, tração 4x4 (descrição conforme SINAPI, código do insumo: 00001159), na cor branca, para o transporte de carga e pessoas em uso oficial da CBTU/AC e de 02 (dois) veículos automotores, tipo sedan, modelo executivo, novo, ano modelo/fabricação 2024/2024 ou 2024/2025 capacidade para 5 ocupantes, 5 portas incluindo o





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

porta malas, cor preta, Híbrido/bicombustível (gasolina e etanol), sugestão de marca/modelo: Toyota Corolla ou similar ou de melhor qualidade, para transportar pessoas a serviço oficial da CBTU.

2.2. Conforme os termos do inciso IV, do art. 32, da Lei 13.303, de 2016, e art. 113 do RILC/CBTU, de 2020 o objeto deste ETP é considerado **BEM COMUM**, devendo ser utilizado o procedimento da modalidade Pregão, preferencialmente da forma eletrônica.

2.3. Para julgamento da proposta será adotado o critério de **MENOR PREÇO** conforme previsto nos Art. 123, Inciso I.

### 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. **A aquisição de caminhonetes pick-up**, novas, visa atender à redução de emissão de poluentes e de consumo de combustível, além de promover a redução dos custos da empresa com abastecimentos, uma vez que as tecnologias presentes nos novos veículos possibilitam um maior rendimento dos motores à combustão interna.

3.2. As caminhonetes pick-up são adequadas para diferentes tipos de terrenos e condições climáticas, tornando-se ideais para áreas rurais e urbanas além de oferecerem grande capacidade para transportar cargas, ferramentas, e equipamentos, úteis para trabalho.

3.3. As caminhonetes pick-up são projetadas para ser resistentes e duráveis, suportando uso intenso e prolongado.

3.4. **A aquisição de veículos de médio porte, tipo sedan**, tem por objetivo proporcionar segurança, conforto e celeridade nas atividades laborais externas desempenhadas pelo Diretor Presidente e Demais diretores da CBTU/AC, podendo ser também utilizados em viagens às demais Superintendências e Reuniões externas.

3.5. A pretensão de aquisição referida no item anterior está revestida de interesse público tendo em vista que a CBTU/AC não conta com frota própria de veículos do tipo SEDAN, sendo eles de extrema importância porque inúmeras atividades da diretoria da CBTU são exercidas externamente.

3.6. Os veículos SEDAN especificados, serão destinados a uso exclusivo do Diretor Presidente e demais Diretores da CBTU.

3.7. Os veículos PICKUP especificados, serão destinados a uso da equipe CBTU de implantação, realização de estudos, operação e manutenção do trecho Luizânia-Brasília, e quando necessários para uso do Diretor Presidente e demais Diretores da CBTU.

3.8. A aquisição dos veículos especificados é, portanto, benéfica para a CBTU/AC e atende aos requisitos de economicidade.



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

#### **4. ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS E NORMAS APLICÁVEIS**

Indicaremos a seguir as Especificações que deverão nortear a elaboração dos orçamentos para fornecimento dos veículos objeto deste TR, de forma a uniformizar as propostas apresentadas, permitindo, desta forma, uma análise mais criteriosa das mesmas.

##### **4.1. CATEGORIA CAMINHONETE PICK UP:**

- 4.1.1. Veículo automotor, tipo caminhonete pick-up, montada sobre estrutura de chassi, com: carroceria em aço e original de fábrica, compartimentos de passageiros e carga em ambientes separados, pintura original de fábrica ou por empresa homologada com garantia do fabricante.
- 4.1.2. Data de fabricação/modelo igual ou posterior ao ano da assinatura do contrato. Aquisição de veículo novo de primeiro uso de fábrica e com modelo que a versão seja a mais atualizada, sendo vedado o fornecimento de modelo anterior ao comercializado pela montadora
- 4.1.3. Vidros das portas com acionamento elétrico, originais de fábrica, com módulo de subida automática de todos os vidros por acionamento remoto, podendo a instalação de o módulo ser realizada por empresa autorizada e homologada pelo fabricante
- 4.1.4. Trava elétrica das portas com telecomando na chave do veículo, originais de fábrica admitindo-se adaptação por empresa autorizada pelo fabricante, desde que tal item não seja disponibilizado como original de fábrica em outra versão do veículo:
- 4.1.5. Alarme original de fábrica, admitindo-se adaptação por empresa autorizada pelo fabricante, desde que tal item não seja disponibilizado como original de fábrica em outra versão do veículo.
- 4.1.6. 04 (quatro) portas laterais e 01 (uma) tampa na carroceria com tranca na chave e/ou trava elétrica.
- 4.1.7. Transmissão manual ou automática; com sistema de tração 4x4, opção de bloqueio do diferencial com acionamento do interior da cabine.
- 4.1.8. Só será admitida a oferta de veículo automotor que respeite os termos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Câmara Nacional de Sustentabilidade - DECOR/CGU/AGU - Abril/2020, e que a fabricante do produto ofertado esteja devidamente cadastrada junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadores de Recursos Ambientais - CTF/APP.
- 4.1.9. Potência mínima de 160 CV (tolerância de 5%), e relação peso/potência de no máximo 12,5 kg /cv
- 4.1.10. Direção hidráulica, elétrica ou eletro hidráulica, originais de fábrica. O sistema de direção com mecanismo de auxílio faz com que o cansaço e o desgaste na direção veicular sejam atenuados, além de proporcionar mais agilidade na resposta em manobras e um maior controle direcional do veículo.





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 4.1.11. Freios com o sistema antitravamento do tipo ABS, com gerenciamento eletrônico integral das rodas; distribuição eletrônica da força de frenagem (EBD); controle de tração e controle de estabilidade.
- 4.1.12. Sistema de segurança suplementar com no mínimo 02 Airbags de série para os ocupantes dos bancos dianteiros, visando proporcionar maior condição de segurança no caso de acidente, minimizando lesões.
- 4.1.13. Capacidade para transporte de 05 (cinco) passageiros, com o motorista, distribuídos em dois nos bancos dianteiros individuais e três no banco traseiro.
- 4.1.14. Conjunto de rodas em aço originais do veículo ou fabricadas e instaladas por empresa homologada. Pneus com banda de rodagem mínima de 245 mm, de uso misto (asfalto e/ou estrada de terra - A/T), podendo o estepe ser em roda de aço (caso as 04 rodas sejam de aço), mantendo as dimensões das demais rodas do veículo. O pneu com banda de rodagem mínima de 245 mm garante uma boa estabilidade e controle durante a condução.
- 4.1.15. Ar condicionado de fábrica integrado frio/quente e com a função desembaçamento do para-brisa. O ar condicionado com a função frio/quente além de garantir aos integrantes maior conforto.
- 4.1.16. Limpador do para-brisa composto de temporizador e lavador elétrico do para-brisa. A exigência do lavador elétrico faz-se necessária para que não haja necessidade do agente desembarcar do veículo para que seja limpo o para-brisas.
- 4.1.17. Tacômetro (conta-giros) de rotações do motor.
- 4.1.18. Indicador do nível de combustível. Por informar precisamente como está o nível de combustível, por intermédio da leitura do mesmo o condutor pode antecipar ou prorrogar um abastecimento.
- 4.1.19. Indicador gradual de temperatura do motor, podendo ser analógico ou digital. O motor tem uma faixa de temperatura que é considerada ideal, não devendo estar nem abaixo nem acima do intervalo. As temperaturas muito acima do máximo são prejudiciais ao motor. Este indicador mostra em graus centígrados ou por cores.
- 4.1.20. 4.1.20. Bancos dianteiros individuais com regulagem de distância e inclinação do encosto, com apoio para cabeça ajustável em altura, e banco traseiro com apoio para cabeça ajustável em altura integrados ou acoplados ao banco nos três assentos, na cor do acabamento interno do veículo. Regulagens que garantem aos integrantes do veículo maior ergonomia. Os apoios de cabeça ajustáveis no banco traseiro atuam na função de evitar o "efeito chicote" em caso de acidentes.
- 4.1.21. Tapetes do assoalho de borracha original do veículo, com velcro e/ou presilha na parte inferior para fixação no revestimento do assoalho, admitindo-se adaptação por empresa autorizada pelo fabricante, desde que tal item não seja disponibilizado como original de fábrica em outra versão do veículo.
- 4.1.22. Demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, assim como em conformidade com o PROCONVE.





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

4.1.23. Fornecer os veículos com todos os equipamentos instalados, em pleno funcionamento, **emplacados e licenciados** de acordo com as legislações vigentes, em especial a PORTARIA MGI Nº 2.162 de 05 de Abril de 2024, para empresas públicas federais.

4.1.24. Quantitativo: 02 (dois) unidades na cor branca

**4.2. VEÍCULO DE PORTE MÉDIO, TIPO SEDAN:**

- 4.2.1. Veículo automotor, porte médio, tipo sedan com capacidade para 5 (cinco ocupantes).
- 4.2.2. Data de fabricação/modelo igual ou posterior ao ano da assinatura do contrato. Aquisição de veículo novo de primeiro uso de fábrica e com modelo que a versão seja a mais atualizada, sendo vedado o fornecimento de modelo anterior ao comercializado pela montadora.
- 4.2.3. Vidros das portas com acionamento elétrico, originais de fábrica, com módulo de subida automática de todos os vidros por acionamento remoto, podendo a instalação do módulo ser realizada por empresa autorizada e homologada pelo fabricante.
- 4.2.4. Trava elétrica das portas com telecomando na chave do veículo, originais de fábrica admitindo-se adaptação por empresa autorizada pelo fabricante, desde que tal item não seja disponibilizado como original de fábrica em outra versão do veículo
- 4.2.5. Alarme original de fábrica, admitindo-se adaptação por empresa autorizada pelo fabricante, desde que tal item não seja disponibilizado como original de fábrica em outra versão do veículo.
- 4.2.6. 04 (quatro) portas laterais e 01 (uma) tampa no porta-malas com tranca na chave e/ou trava elétrica.
- 4.2.7. Transmissão automática de 6 ou mais marchas.
- 4.2.8. Só será admitida a oferta de veículo automotor que respeite os termos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Câmara Nacional de Sustentabilidade - DECOR/CGU/AGU - Abril/2020, e que a fabricante do produto ofertado esteja devidamente cadastrada junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadores de Recursos Ambientais - CTF/APP.
- 4.2.9. Potência mínima de 160 CV (tolerância de 5%) e motorização mínima de 2.0.
- 4.2.10. Direção hidráulica, elétrica ou eletro hidráulica, originais de fábrica. O sistema de direção com mecanismo de auxílio faz com que o cansaço e o desgaste na direção veicular sejam atenuados, além de proporcionar mais agilidade na resposta em manobras e um maior controle direcional do veículo.
- 4.2.11. Freios com o sistema antitravamento do tipo ABS, com gerenciamento eletrônico integral das rodas; distribuição eletrônica da força de frenagem (EBD); controle de tração e controle de estabilidade.
- 4.2.12. Sistema de segurança suplementar com Airbags frontais, laterais e de cortina,
- 4.2.13. Capacidade para transporte de 05 (cinco) passageiros, com o motorista, distribuídos em dois nos bancos dianteiros individuais e três no banco traseiro.





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 4.2.14. Ar condicionado de fábrica integrado frio/quente e com a função desembaçamento do para-brisa. O ar condicionado com a função frio/quente além de garantir aos integrantes maior conforto.
- 4.2.15. Limpador do para-brisa composto de temporizador e lavador elétrico do para-brisa. A exigência do lavador elétrico faz-se necessária para que não haja necessidade do agente desembarcar do veículo para que seja limpo o para-brisas.
- 4.2.16. Áudio com sistema multimídia (rádio AM/FM, função MP3, entrada USB, Bluetooth e conexão para smartphones Android e Apple);
- 4.2.17. Indicador do nível de combustível. Por informar precisamente como está o nível de combustível, por intermédio da leitura do mesmo o condutor pode antecipar ou prorrogar um abastecimento.
- 4.2.18. Rodas de liga leve. Maçanetas e retrovisores na cor do carro.
- 4.2.19. Indicativo de mudança de direção nos retrovisores.
- 4.2.20. Bancos dianteiros individuais com regulagem de distância e inclinação do encosto, com apoio para cabeça ajustável em altura, e banco traseiro com apoio para cabeça ajustável em altura integrados ou acoplados ao banco nos três assentos, na cor do acabamento interno do veículo. Regulagens que garantem aos integrantes do veículo maior ergonomia. Os apoios de cabeça ajustáveis no banco traseiro atuam na função de evitar o “efeito chicote” em caso de acidentes.
- 4.2.21. Tapetes do assoalho de borracha original do veículo, com velcro e/ou presilha na parte inferior para fixação no revestimento do assoalho, admitindo-se adaptação por empresa autorizada pelo fabricante, desde que tal item não seja disponibilizado como original de fábrica em outra versão do veículo.
- 4.2.22. Demais equipamentos exigidos pelo CONTRAN, assim como em conformidade com o PROCONVE.
- 4.2.23. Fornecer os veículos com todos os equipamentos instalados, em pleno funcionamento, **emplacados e licenciados** de acordo com as legislações vigentes, em especial a PORTARIA MGI Nº 2.162 de 05 de Abril de 2024, para empresas públicas federais.

A proposta de preço deve ser apresentada incluindo documento que comprove as especificações listadas, inclusive manuais.



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

## 5. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 5.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1.1 Nenhuma alteração poderá ser feita pela CONTRATADA aos termos adotados neste documento, sob a alegação de insuficiência de dados ou informações sobre o fornecimento e os serviços de transporte, carga e descarga do objeto estipulado neste Termo de Referência.
- 5.1.2 Efetuar a entrega dos veículos com todos os equipamentos instalados, em pleno funcionamento, já emplacados, licenciados de acordo com as legislações vigentes para empresas públicas federais.
- 5.1.3 Efetuar a entrega dos veículos no prazo determinado neste Termo de Referência, com a qualidade e características técnicas do especificado no contrato/pedido de compras e seus anexos, bem como em perfeito estado de conservação em perfeitas condições.
- 5.1.4 Os custos de transporte do material até o local de entrega do mesmo na CBTU/AC, assim como os custos de ordem fiscal e tributária são de inteira responsabilidade do fornecedor contratado.
- 5.1.5 Deverão constar na proposta de preços apresentada todas as taxas, impostos e tributos que deverão fazer parte do preço final do objeto desta Licitação.
- 5.1.6 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste TR ou em outro acordado com a gestão e fiscalização do Contrato, o objeto com avarias ou defeitos.
- 5.1.7 Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, comprovando a impossibilidade.
- 5.1.8 Manter, durante o fornecimento do objeto e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, da proposta e de qualificação.
- 5.1.9 Permitir que o CBTU/AC fiscalize, a qualquer tempo, a qualidade e integridade do objeto do Termo de referência, ficando assegurado ao CBTU/AC o direito de aceitá-los ou não.
- 5.1.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as leis Federais, Estaduais e Municipais e inclusive os regulamentos, normas, instruções e diretrizes que lhe forem aplicáveis e necessárias ao seu funcionamento como empresa, além da obtenção de todas as licenças, alvarás e autorizações relacionadas direta ou indiretamente ao fornecimento contratado e ao exercício de suas atividades nas jurisdições em que os mesmos acontecem.
- 5.1.11 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.
- 5.1.12 A CBTU/AC não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste TR, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.1.13 Durante toda a execução do Contrato a CONTRATADA se compromete a observar integralmente os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, elaborados pela CBTU.



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 5.1.14 Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à CONTRATADA, ainda, solicitar formalmente cópia dos mesmos ao Gestor do Contrato:

✓ Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

✓ Código de Conduta e Integridade:

[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo\\_de\\_conduta\\_e\\_integridade.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf);

✓ Política de Transações com Partes Relacionadas:

[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica\\_de\\_transacoes\\_com\\_partes\\_relacionadas.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf).

## 5.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.2.1 Fiscalizar a execução do contrato de acordo com o especificado e notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na fabricação, transporte e entrega do objeto referido neste TR.
- 5.2.2 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido e/ou nos serviços prestados, para que sejam substituídos e/ou reparados, e/ou corrigidos.
- 5.2.3 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto entregue conforme pactuado desta contratação, conforme abaixo:
- 5.2.3.1 As faturas para pagamento serão emitidas após atesto dos fornecimentos do objeto deste contrato, pelo Fiscal do Contrato.
- 5.2.3.2 As Notas Fiscais/Faturas, relativas ao fornecimento do objeto, deverão ser entregues pela CONTRATADA, devidamente atestadas pelo Fiscal e Gestor, e serão pagas pela CONTRATANTE, até 30 (trinta) dias da data de recebimento das mesmas, podendo esse prazo ser interrompido, sempre que a CONTRATANTE solicitar, por escrito, quaisquer esclarecimentos à CONTRATADA, referente ao valor dos serviços.
- 5.2.3.3 As Notas Fiscais/Faturas deverão vir acompanhadas da documentação indispensável à aferição de sua exatidão, bem como das certidões atualizadas CNDT, CRF e da Certidão da Receita Federal.
- 5.2.3.4 Qualquer não regularidade encontrada pela CBTU reinicia o prazo de pagamento, quando da regularização da (s) pendência (s) pela CONTRATADA.
- 5.2.4 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos.
- 5.2.5 Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação ao objeto contratado.
- ✓ A CONTRATANTE deve comunicar tempestivamente à CONTRATADA qualquer alteração em relação à mudança do endereço de entrega.





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 5.2.6 Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. As sanções administrativas aplicadas após regular processo administrativo, em decorrência de atos praticados durante a fase externa da licitação ou na execução do contrato, estão previstas no Edital e no Instrumento Contratual, observadas, ainda, as disposições legais e regulamentares.
- 5.2.7 Expedir, após o encerramento do Contrato, o respectivo Termo de Encerramento, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato, providenciando a correta assinatura pelas partes contratantes, observadas as normas internas da CBTU.

## 6. CRONOGRAMA FÍSICO DE FORNECIMENTO

- 6.1 Após assinatura do contrato/pedido de compra, o contratado terá até 90 (noventa) dias corridos para entregar o objeto deste Termo de Referência.
- 6.2 A partir da data de entrega do objeto e da entrega do faturamento no protocolo inicia-se o prazo de 30 dias corridos para a contratante efetuar o pagamento caso tenha sido atendida as exigências previstas no contrato e neste Termo de Referência.

## 7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 7.1 A empresa contratada terá um prazo de 90 (noventa) dias corridos para entrega total ou parcial do objeto deste Termo de Referência no local determinado pela CBTU/AC, contados a partir do recebimento da Ordem de Execução do material correspondente, emitida pela CBTU/AC.
- 7.2 As características a serem verificadas para aceitação do objeto deverão atender o item 4 deste TR.
- 7.3 As quantidades de entrega do objeto devem atender a descrição do item 2 deste TR.
- 7.4 Na ocorrência de danos no objeto, este pode ser recusado pelo responsável pelo recebimento, lavrando no ato um Termo de Não Recebimento de Material, onde será discriminado a quantidade e o motivo do não aceite.
- 7.5 A aceitação final somente será concretizada após todos os reparos e correções necessárias exigidas pela fiscalização e mediante a emissão pela CBTU dos Termos de Recebimento Definitivo. Não haverá recebimento provisório ou parcial.
- 7.6 Serão medidos e pagos os objetos previamente aprovados, fornecidos e entregues no local indicado pela Fiscalização, após a atestação da qualidade e emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto entregue.
- 7.7 Local de entrega: Os veículos objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues nos locais determinados pela Ordem de Execução emitida pela CBTU/AC.
- 7.8 Horário para recebimento do objeto: A entrega poderá ser feita no horário de 8h30min às 11h30min e de 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. **A CONTRATADA, deverá fazer contato prévio com a gestão do contrato, com até 48 horas de antecedência, para agendamento da entrega.**





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

## 8. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA

- 8.1 O critério de escolha da proposta vencedora será o de **MENOR PREÇO**, desde que a proposta e sua apresentação atendam a todos os requisitos exigidos por este TR e pelo Edital.
- 8.2 No valor total da proposta deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos fornecimentos contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis à perfeita execução e pleno desenvolvimento dos fornecimentos, assim como o lucro da CONTRATADA.
- 8.3 A proposta deverá ser enviada em papel timbrado da empresa, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:
- 8.3.1 Nome da empresa (Razão Social);
  - 8.3.2 Endereço;
  - 8.3.3 CNPJ;
  - 8.3.4 Telefone e/ou e-mail;
  - 8.3.5 Validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
  - 8.3.6 Condições de pagamento em até 30 (trinta) dias após entrega da nota fiscal e atestada pelo gestor;
  - 8.3.7 Forma de envio (CIF);
  - 8.3.8 Prazo de execução conforme o cronograma;
  - 8.3.9 Prazo de garantia;
  - 8.3.10 Impostos incluídos;
  - 8.3.11 Assinatura do responsável pela elaboração da proposta com CPF e RG;
  - 8.3.12 Inclusão dos Dados Bancários para pagamento.
- 8.4 A forma de entrega dos veículos deverá ser CIF (Cost, Insurance and Freight), ou seja, a PROPONENTE é responsável por todos os custos e riscos até a entrega na Superintendência.
- 8.5 Os preços das propostas deverão ser expressos em moeda corrente nacional (real) e ser firmes e irrevogáveis, e deverão incluir os valores do IPI, do ICMS e outros impostos que vierem a incidir no preço final.
- 8.6 O PROPONENTE que não esteja localizado em Brasília – DF deverá observar o recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS ANTECIPADO que se aplica às mercadorias vindas de outros Estados (quando for o caso).

## 9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento dos bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação mediante:
- 9.1.1 Apresentação de Atestado de capacidade técnica de operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emissor declarando ter o licitante já fornecido objetos iguais ou similares ao objeto desta licitação, pelo menos 01 (um) veículo SEDAN e 01 (um) veículo pickup, descritos no objeto deste TR.





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 9.1.2 Poderão ser aceitas notas fiscais que comprovem o fornecimento para pessoas físicas.
- 9.1.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado apresentado.
- 9.1.4 O licitante deverá ainda apresentar, junto com a documentação de habilitação, a DECLARAÇÃO que tem conhecimento do Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – RILC/CBTU.

## **10. REGIME DE EXECUÇÃO**

- 10.1 Aquisição remunerada de bens por preço global e fornecimento integral, conforme pactuado no pedido de compra e contrato, observado o prazo de entrega estabelecido neste Termo de Referência.

## **11. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA**

- 11.1 Será admitida a subcontratação apenas para serviços acessórios, tais como: carga, descarga, transporte.
- 11.2 Não será admitida a formação de consórcio por se tratar de objeto específico e apenas para fornecimento.
- 11.3 Será permitida a participação de Sociedade Cooperativa.

## **12. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DO MATERIAL**

- 12.1 Os veículos deverão ser garantidos contra defeitos ou vícios de fabricação por um período
- 12.2 mínimo de 03 (três) anos.
- 12.3 A CONTRATADA prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:
  - 12.3.1 Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da CBTU, conforme orientação da gestão do contrato.
  - 12.3.2 Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;
  - 12.3.3 Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 12.4 A CONTRATADA deverá apresentar à CBTU o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.
- 12.5 A CONTRATADA poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da CBTU, mediante anuência da gestão do contrato.
- 12.6 A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 12.6.1 Os prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 12.6.2 Prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 12.6.3 As multas sancionatórias aplicadas pela CBTU à CONTRATADA.
- 12.7 Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item anterior.
- 12.8 Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à CONTRATADA após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.
- 12.9 Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.
- 12.10 A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA.
- 12.11 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CBTU a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, e dos artigos 239 e 240, do RILC/CBTU.
- 12.12 Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CBTU ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CBTU, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

12.13 O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

12.14 Será considerada extinta a garantia:

12.14.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da CBTU;

12.14.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CBTU não comunique a ocorrência de sinistros.

12.14.3 Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela CBTU o Termo de Encerramento, cientificando que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

12.15 A CBTU não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

12.15.1 Caso fortuito ou força maior;

12.15.2 Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

12.15.3 Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CBTU;

12.15.4 Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da CBTU.

12.16 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste Termo de Referência.

### 13. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO

13.1 As propostas de preços apresentadas em moeda nacional, poderão ser reajustadas, desde que seja observada a periodicidade anual, em conformidade com os critérios estabelecidos nos dispositivos legais mencionados no item anterior, aplicando-se a fórmula a seguir:

13.1.1  $R = P_0 [ (I - I_0) / I_0 ]$  sendo:

13.1.2 R= Valor do reajuste procurado;

13.1.3  $P_0$  = Valor da medição a ser reajustada;

13.1.4 I = Índice de Preços do Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da FGV, correspondente ao mês de reajuste anual do contrato;

13.1.5  $I_0$  = Índice de Preços do Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da FGV, correspondente ao mês da data base.





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

**13.1.6 Data Base: data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.**

**13.2** A Matriz de Riscos definida no Anexo III é parte integrante deste Termo de Referência e estabelece os riscos e responsabilidades entre as partes e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

#### **14. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA**

**14.1 Prazo de execução:** O material deverá ser fornecido no prazo de 3 meses contados a partir da assinatura da Ordem de Execução emitida pela CBTU/AC.

**14.2 A vigência do contrato:** 06 (seis) meses, a partir da assinatura do Contrato.

#### **15. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

##### **15.1 COMPETE AOS GESTORES:**

**15.1.1** Responder pelo controle e acompanhamento, observando os aspectos físicos e financeiros, do fornecimento para o qual foi designado, reportando-se ao chefe imediato com vistas a receber a orientação técnica para seu adequado desempenho;

**15.1.2** Zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas do instrumento contratual;

**15.1.3** Verificar previamente e comunicar ao contratado o prazo de validade das garantias contratuais, objetivando a renovação e/ou substituição do item;

**15.1.4** Coordenar e orientar a atuação do Fiscal do Instrumento Contratual;

**15.1.5** Verificar se os documentos de cobrança (nota fiscal, fatura, recibo, etc.) estão acompanhados dos comprovantes de recebimentos, atestados pelo Fiscal;

**15.1.6** Justificar, no caso de glosas e multas, a razão de sua aplicação;

**15.1.7** Exigir da contratada os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações tributárias, previdenciárias e cíveis, de âmbito municipal, estadual e federal, em conformidade com a legislação pertinente;

**15.1.8** Apresentar as justificativas, ao órgão estrutural pertinente, para as alterações de cláusulas contratuais que se façam indispensáveis ao sucesso do Instrumento Contratual.

##### **15.2 COMPETE AOS FISCAIS**

**15.2.1** Responder pela fiel execução do Instrumento Contratual, inclusive quanto a sua qualidade e exatidão, em conformidade com as especificações técnicas, conferindo e atestando os fornecimentos;

**15.2.2** Justificar, nos aspectos técnicos, ao órgão estrutural de sua lotação, a necessidade de alteração contratual, encaminhando-a posteriormente ao Gestor;

**15.2.3** Analisar e submeter ao Gestor as despesas reembolsáveis necessárias ao desenvolvimento do escopo contratual.



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

## 16. MATRIZ DE RISCOS

- 16.1 A matriz de risco é o instrumento que define as responsabilidades da Contratante e da Contratada na execução do contrato.
- 16.2 A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco - Anexo III.
- 16.3 A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, cuja responsabilidade é da Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Riscos.
- 16.4 É vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da Contratada.

## 17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 17.1 Considerando a natureza da contratação pretendida, recomenda-se que o objeto a ser licitado siga as diretrizes dispostas na legislação vigente, principalmente com relação à emissão de poluentes, conforme a legislação ambiental;
- 17.2 Os veículos rodoviários deverão estar alinhado com relação ao Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores P8 (PROCONVE P8) e suas atualizações;
- 17.3 A empresa FORNECEDORA do equipamento deverá seguir as recomendações da equipe técnica da CBTU durante o período de entrega e garantia do material, conforme necessidade;
- 17.4 Caso a empresa FORNECEDORA possa fornecer documentação especializada como certificações e/ou outra documentação técnica relacionados à gestão ambiental da empresa, será um diferencial;
- 17.5 Ao longo da execução de todo o processo objeto desta licitação, a empresa FORNECEDORA deve estar em consonância com toda a legislação aplicável relacionada ao meio ambiente e sustentabilidade, podendo a mesma, em caso de desacordo, sofrer as penalidades cabíveis.

## 18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 18.2 A CBTU é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.
- 18.3 A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Estatais - no que couber; e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU - RILC, disponível em: [https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc\\_cbtu.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf).





**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 18.4 Em caso de divergência ou contradição entre as disposições constantes neste TR e na legislação pertinente, prevalecerão as disposições legais vigentes; o que poderá, inclusive, dar ensejo a celebração de termos aditivos.
- 18.5 A CONTRATADA se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade, em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CBTU, ou de qualquer informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento, em virtude da presente contratação.
- 18.6 Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução dos serviços contratados serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC-CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.
- 18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste TR excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.
- 18.8 As demais formalidades inerentes ao fornecimento do objeto desta contratação deverão estar em conformidade com o Instrumento Contratual.

## 19. ANEXOS

- MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
- MATRIZ DE RISCO

Brasília, 2 de outubro de 2024

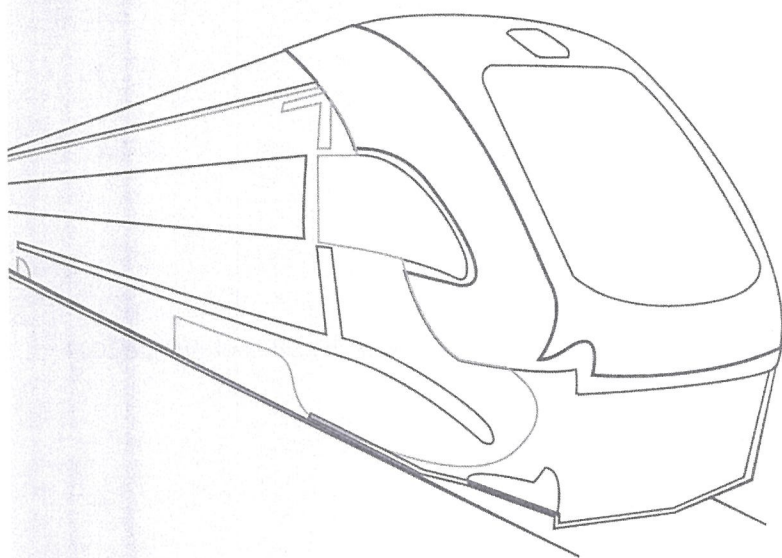
Assinado digitalmente por EDUARDO  
HENRIQUE DE CASTRO: [REDACTED]  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria  
da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=  
RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16894782000190, OU=videoconferencia,  
CN=EDUARDO HENRIQUE DE  
CASTRO, [REDACTED]  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2024.10.02 15:58:00-03'00'  
Post: PDF Reader Versão: 2024.2.3

Eduardo Henrique de Castro  
Gerência Técnica de Apoio Administrativo  
CBTU/AC

Assinado digitalmente por ANDRÉ  
CORREA JOIA: [REDACTED]  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=16894782000190, OU=videoconferencia, CN=ANDRÉ CORREA JOIA, [REDACTED]  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2024.10.02 16:11:07-03'00'  
Post: PDF Reader Versão: 2024.2.0

André Corrêa Jóia  
ADJ/DT  
CBTU/AC

# PROPOSTA DE PREÇOS



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

## ANEXO II





# PROPOSTA COMERCIAL 120

2 de dezembro  
2024

PREGÃO ELETRONICO Nº 90001/2024

*[Handwritten signatures]*



## 1. APRESENTAÇÃO

**X CAR VEICULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 50.325.167/0001-09, sediada na AV CARLOS GOMES DE SÁ, 335, MATA DA PRAIA, VITORIA - ES, representada neste ato por intermédio de seu Procurador MATEUS GRANDO GAYER de CPF nº 01402531060

### DADOS GERENCIAIS

SUPORTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: MATEUS GRANDO GAYER

EMAIL: [MATEUS@MLBIDDING.COM.BR](mailto:MATEUS@MLBIDDING.COM.BR) / [CONTATO@MLBIDDING.COM.BR](mailto:CONTATO@MLBIDDING.COM.BR)

TELEFONE: 51 98522-5792 / 51 99831-0680

## 2. OBJETO DA LICITAÇÃO

| ITEM        | ESPECIFICAÇÃO   | QTD | UND | MARCA  | MODELO  | VLR. UNT       | VLR. TOTAL     |
|-------------|---|-----|-----|--------|---------|----------------|----------------|
| 1           | Veículo utilitário tipo caminhonete Pick-up, novo, ano modelo/fabricação: 2024/2024 ou 2024/2025, COR BRANCA, motor a diesel, potência de 160CV, cabine dupla, tração 4x4, emplacado e licenciado.  | 2   | Und | FIAT   | TORO    | R\$ 208.990,00 | R\$ 417.980,00 |
| 2           | Veículo automotor, tipo sedan, modelo executivo, novo, ano modelo/fabricação 2024/2024 ou 2024/2025, COR PRETA capacidade para 5 ocupantes, 5 portas incluindo o porta malas, Híbrido ou bicomcombustível (gasolina e etanol). Sugestão de marca/modelo: Toyota Corolla ou similar ou melhor qualidade. | 2   | Und | TOYOTA | COROLLA | R\$ 167.990,00 | R\$ 335.980,00 |
| VALOR TOTAL |   |     |     |        |         | R\$ 753.960,00 |                |

**DECLARO** sob as penas da lei que o objeto ofertado atende a todas as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência.

**VALOR TOTAL: R\$ 753.960,00 (Setecentos e cinquenta e três mil com novecentos e sessenta reais)**

### 2.1 VALIDADE:

Validade da proposta é conforme Edital a partir da data de abertura.





### 3. FORMA DE PAGAMENTO:

Conforme Edital e Fluxo Financeiro do Órgão Contratante.

### 4. PRAZOS E ENTREGA DOS MATERIAIS:

Estamos de acordo com o prazo para entrega estabelecido no Edital, a contar a partir da notificação da ordem de serviço ou documento equivalente.

### 5. DECLARAÇÕES

— Declaro, também que os preços mantidos na proposta assinada, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte e entrega da mercadoria e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita entrega do objeto da licitação

— Declaro ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

— Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

— Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo discrepância entre quaisquer informações ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma, influir nos custos, assim como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, bem como pelos erros ou omissões, contidas tanto no formulário proposta, como em seus anexos.

— Declaramos que atendemos aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório, conforme será demonstrado nos documentos habilitatórios.

— Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

— Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz



— Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

— Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

— Declaramos o conhecimento dos incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

— Demais declarações estão contidas na Declaração Conjunta e outras Declarações Anexadas aos documentos de Habilitação.

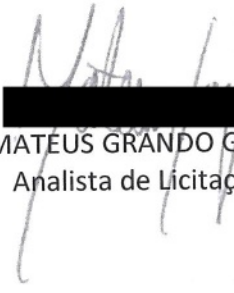
a) Será responsável pela relação comercial de nossa empresa com o Município bem como de poderes para firmar contrato a pessoa do Senhor MATEUS GRANDO GAYER, Procurador, Carteira de Identidade nº 5092892081 expedida pela SSP/RS e de CPF nº 01402531060, telefone (s) 51 – 985225792 / 51 - 998310680 e e-mail [MATEUS@MLBIDDING.COM.BR](mailto:MATEUS@MLBIDDING.COM.BR) / [CONTATO@MLBIDDING.COM.BR](mailto:CONTATO@MLBIDDING.COM.BR).


b) Nosso domicílio bancário é Banco do Brasil nº 0001, Agência 0893-1, Conta Corrente 65134-6.

c) toda correspondência eletrônica dirigida a nossa empresa deverá sê-lo feito ao endereço [MATEUS@MLBIDDING.COM.BR](mailto:MATEUS@MLBIDDING.COM.BR) / [CONTATO@MLBIDDING.COM.BR](mailto:CONTATO@MLBIDDING.COM.BR).

d) temos conhecimento de todos os parâmetros e elementos dos a serem executados e é de concordância com os termos do edital.

Porto Alegre - RS, 02 de dezembro de 2024

  
MATEUS GRANDO GAYER  
Analista de Licitações

MATEUS GRANDO  
GAYER: 

Assinado de forma digital  
por MATEUS GRANDO  
GAYER:  
Dados: 2024.12.02  
11:40:28 -03'00'